



ATA NÚMERO OITO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARCELOS

Aos dois dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, reuniu, pela
oitava vez, no Auditório dos Paços do Concelho, pelas vinte e uma horas e trinta
minutos, a Assembleia Municipal de Barcelos, para a realização da segunda
reunião referente à sessão ordinária de vinte e nove de novembro de dois mil e
dezanove, que foi suspensa por iniciativa do senhor presidente da Assembleia
Municipal em virtude do adiantado da hora, com a seguinte ordem de
trabalhos:
ORDEM DO DIA
Ponto quatro – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
relativa ao Contrato-Programa entre o Município de Barcelos e a Empresa
Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M.;
Ponto cinco – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de
delegação no Presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação, a
competência para autorizar previamente a assunção de compromissos
plurianuais decorrentes de contratos que não excedam o valor de 99.759,58 €
(noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito
cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o
prazo de execução de três anos;
Ponto seis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a
solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a
aquisição de serviços de aluguer de viaturas de recolha de resíduos;
Ponto sete – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a
solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio
privado municipal de uma parcela de terreno com a área de trezentos e setenta



e sete metros quadrados, sita na freguesia de Galegos Santa Maria;
Ponto oito – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de
delimitação da Área de Reabilitação Urbana Barcelos Nascente Dois e respetivo
regime de benefícios fiscais;
Ponto nove – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de
revisão do traçado da rede secundária prevista a executar no PDM;
Ponto dez – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
relativa à concessão de benefícios e incentivos fiscais à requerente Advancer –
Soluções de Gestão, S.A., no âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro
Histórico de Barcelos;
Ponto onze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a
solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação
urbanística destinada à construção de uma Estação Elevatória, sita na Rua de
São João, União das Freguesias de Sequeade e Bastuços (São João e Santo
Estevão);
Ponto doze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a
solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação
urbanística destinada à construção de uma Estação Elevatória, situada na Rua
Dr. António Rodrigues, União das Freguesias de Carreira e Fonte Coberta;
Ponto treze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a
solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação
urbanística destinada à instalação da atividade de "turismo de lazer/aventura e
turismo de natureza", sita na Rua do Bairro, freguesia de Rio Covo Santa
Eugénia;
Ponto catorze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
para a aplicação do percentual de zero vírgula vinte e cinco por cento relativo à
Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para vigorar no ano de dois mil e



vinte:----------Ponto quinze – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado municipal de uma parcela de terreno com área de cerca de duzentos e sessenta e dois metros quadrados, sita na Avenida Dr. Sidónio Pais, União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaínha (São Martinho e São Pedro;---------Ponto dezasseis – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal para a instalação de uma clínica veterinária, localizada na freguesia da Várzea;-----------Ponto dezassete – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo.-----------Imediatamente a seguir procedeu-se ao registo dos membros presentes, nomeadamente:-----------Adelino Lima da Silva Fernandes, Adélio Barbosa de Miranda, Agostinho Lauro de Castro Pires, Agostinho Martins da Silva, Alexandrino Manuel Oliveira Ribeiro, Amândio da Costa Maia, Ana Cristina da Silva Cortez, Ana Maria Ribeiro da Silva, Ana Rita da Silva Torre, António Augusto Martins de Carvalho, António Cardoso da Silva, António da Costa Neves, António da Cruz Vaz Saleiro, António Gomes da Silva, António Manuel Faria da Costa, António Silva Pereira, Arnaldo Ribeiro de Sousa, Augusto Fonseca Silva Dias, Avelino Manuel Coelho Miranda, Bruna Cristiana Araújo Ferreira, Bruno André Torres Macedo, Cândido Alberto Fernandes Lopes, Casimiro da Silva Rodrigues, Catarina Marina Faria Duarte, Catarina Sofia Martins de Sá, Daniel Fernandes de Azevedo, David José Pereira de Carvalho, Domingos Duarte da Silva, Elsa Joana Carvalho Coutinho, Fátima Patrícia Sousa Matos Bogas, Fernando José Gonçalves Pinto, Filipe Emanuel Ramires Pinheiro, Firmino Manuel Lopes da Silva, Gabriel Costa Gonçalves,



Guilhermina Sousa e Silva Santos Guimarães, Hélder Duarte Grácio Tomé, Henrique Pedro Sousa Roselho, Horácio Rodrigues de Oliveira Barra, Hugo Miguel Araújo Cardoso, Ilídio Morais Rodrigues, Isaías da Silva Macedo Gomes, Ivone Manuela Faria Cruz Batista, Joana Filipa Oliveira Rodrigues, João Alberto Novais Alves, João José Longras Maciel, João Paulo Pereira Dias, João Paulo da Silva Ferreira, João Pontes da Silva, João Vieira Barbosa da Silva, Joaquim Barbosa Dantas, Joaquim Manuel Araújo Barbosa, Joel Miranda Fernandes de Sá, Jorge Manuel Martins Fernandes, Jorge Manuel Mesquita Fernandes, José Augusto Martins de Figueiredo, José Augusto Vilas Boas Rosa, José Belém da Silva Martins, José Brito Faria, José Carlos Esteves da Costa, José da Costa Monteiro, José Luís Dias Pereira, José Luís Miranda Vilas Boas, José Manuel Araújo Cardoso, José Manuel Padrão Ferreira, José Maria Barbosa Cardoso, José Maria Cruz Batista, José Maria Ribeiro Rodrigues, José Monteiro da Silva, José Neiva Dias, José Paulo Cardoso Teixeira, José Paulo Maia Matias, José Rui da Costa Alves Peixoto, Liliana Alexandra Macedo Abreu, Luís Alberto Faria Gonçalves Machado, Luís Filipe Cerdeira da Silva, Luís Gonzaga da Silva Pedrosa, Manuel António Gonçalves Mota da Silva, Manuel Augusto da Silva Ramião, Manuel da Conceição Carneiro Martins, Manuel Fernandes Pereira, Manuel Fernando da Costa Miranda, Manuel Isaque Ribeiro Ferreira, Manuel Jorge Macedo Esteves, Manuel Martins Abilheira, Manuel de Oliveira Magalhães, Maria da Conceição Ferreira da Cunha Faria, Maria Isabel Sá da Venda, Maria Madalena Sequeira Ferreira, Maria Teresa Araújo Martins Falcão, Maria Teresa Carvalho Martins Esteves, Mário Jorge Gomes Figueiredo, Nelson Carlos Teixeira de Brito, Nuno Evandro Serra Oliveira, Nuno Filipe da Silva Meneses, Nuno Miguel Machado Martins, Nuno Pedro Santos Varzim Miranda, Otília Arminda Oliveira Castro, Paula Cristina Leiras Belchior, Paula Maria Barbosa Lopes, Paulo Jorge Dantas Fagundes, Paulo Jorge Gonçalves Esteves, Ricardo Barroso da Silva,



Rui Manuel Dias Faria, Sara Cristina Rebelo Magalhães, Susana Maria da Silva
Oliveira, Susana Patrícia dos Santos Araújo, Teresa Maria Dias Ferreira Campos,
Tiago Augusto Diogo Silva Dias, Tomé Francisco Lopes Faria, Vasco André Gomes
de Deus Real
Faltaram os seguintes membros:
Daniela Filipa Cardoso Miranda, David Alberto Lemos de Sousa, David
José Falcão Torres, Domingos Falcão Gonçalves, Hernâni Vítor Ferreira Loureiro,
Jorge César Fernandes da Silva, José António Gomes Coelho, José Luís Gomes
Arantes, Liliana Carina Barreiro Faria, Manuel Albino da Silva Oliveira, Manuel
Faria de Oliveira, Natalina de Sá, Rosa Ângela Fernandes Macedo,
INÍCIO DOS TRABALHOS
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito boa noite
Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vice-Presidente, Senhores
Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores e a quem
nos acompanha também via Web
Vamos então dar continuidade à Assembleia Municipal do dia vinte e
nove de novembro, hoje dois de dezembro, e, como sabem, o último ponto da
ordem de trabalhos discutido e votado foi o ponto três, passaríamos a introduzir
agora o ponto quatro com a colaboração da doutora Joana Rodrigues, atual
segunda secretária
SEGUNDA SECRETÁRIA – Joana Rodrigues – Discussão e votação da proposta da
Câmara Municipal relativa ao Contrato-Programa entre o Município de Barcelos
e a Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado. Senhores deputados,
inscrições!
Senhora deputada Sara Magalhães, do BTF, faz favor, tem a palavra
DEPUTADA DO BTF – Sara Magalhães – Muito boa noite



Começo por endereçar os melhores cumprimentos ao Senhor Presidente
da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara
Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros
desta Assembleia, Minhas Senhoras e Meus Senhores
Na sessão desta Assembleia de vinte e sete de abril de dois mil e dezoito,
aquando da apresentação do relatório de contas de dois mil e dezasseis da
Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, doravante EMEC, e
expondo os perigos eminentes já associados a esta empresa, citei com ironia
Groucho Marx, fazendo uma clara alusão à gestão da EMEC e à influência que a
política sobre ela detém:
"A política (dizia Groucho Marx) é a arte de procurar problemas,
encontrá-los em todos os lados, diagnosticá-los incorretamente e aplicar as
piores soluções!"
Hoje, a abordagem é diferente (ou talvez não)
O BTF votará favoravelmente o contrato-programa a celebrar entre o
Município de Barcelos e a Empresa Municipal atendendo à evidente fragilidade
económico-financeira da EMEC, bem como o parecer favorável da ROC
Queremos, hoje, com esta intervenção sensibilizar todos os membros
desta Assembleia para os impactos que as fragilidades da EMEC se traduzem na
nossa comunidade
Urge refletir sobre a sua boa administração na prossecução do interesse
público que lhe cumpre assegurar
Um país é pobre sem cultura e sem educação
E pergunto-vos: que cidade queremos ter com uma administração pouco
eficiente na prestação da educação dos seus jovens?
A verdade é que, se a EMEC estivesse numa situação económica e
financeira estável, por certo não estaríamos a discutir a deliberação deste



contrato-programa, mas certo é também que não questionaríamos a boa gestão orçamental. E é inevitável fazê-lo! Os valores que serão atribuídos à EMEC por este contrato-programa já há muito que deveriam constar do seu orçamento e plano de atividades. Tanto assim é que as razões deste contrato-programa, nomeadamente a necessária e urgente compensação financeira a transferir para a EMEC, já eram conhecidas desde o final do ano de dois mil e dezoito.----------Por esta razão, o BTF sempre aqui criticou a falta de financiamento da EMEC para o seu normal funcionamento!----------Relembramos que até dois mil e dezoito a EMEC apresentou resultados negativos, em bom rigor quinhentos e noventa e nove mil, trezentos e vinte e um euros e sessenta e um cêntimos de capitais próprios negativos, constando do relatório daquele mesmo ano a perda de duzentos e cinquenta mil euros, a totalidade do seu capital social.----------Alerto, assim, o executivo para a possibilidade, nesta circunstância, de ser aplicado à EMEC o disposto no artigo trinta e cinco, do Código das Sociedades Comerciais, podendo ser deliberada a eventual dissolução, proposta pelos seus órgãos fiscalizadores: Tribunal de Contas e IGF.----------O BTF tem votado contra as transferências de verbas para a EMEC, mas é importante referir que estas mesmas transferências não cumprem com as regras de financiamento da entidade única detentora do seu capital social. Ademais, temos sucessivamente chamado a atenção para a necessidade da elaboração destes contratos-programa, já previstos nas alterações à lei desde dois mil e dezasseis.----------Neste âmbito, referimos ainda que o vereador do BTF, Domingos Pereira, votou favoravelmente o contrato-programa em reunião de Câmara pelas razões expressas na sua declaração de voto anexa a este ponto quatro da ordem do dia, que vos convido a consultar.-----



Para terminar, apelar ao senhor presidente da Câmara para que, com a
maior urgência possível, mande elaborar um instrumento legal e que nele faça
constar o total das transferências financeiras para a empresa, com o
saneamento dos capitais próprios, de modo a evitar as consequências dispostas
no artigo trinta e cinco, anteriormente referido
E já agora, senhor presidente, se me permitir, pergunto-lhe:
Uma vez que o senhor presidente é também presidente da Assembleia
Geral da EMEC, porquê esta Assembleia Geral ainda não procedeu à
relegitimação (se assim o entender) ou à substituição do mandato do conselho
de administração da empresa?
Eu explico para os mais confusos:
Nos termos do disposto no artigo nono, número dois, alínea g), dos
Estatutos da EMEC, "Compete em especial à Assembleia Geral eleger e exonerar
os membros do conselho de administração". Ora, sendo certo que a Assembleia
Geral é composta pelos senhores vereadores da Câmara Municipal de Barcelos,
não se compreende por que é que o senhor e o seu executivo mantêm o
conselho de administração da EMEC em situação de gestão desde o início do
seu mandato autárquico de dois mil e dezassete/dois mil e vinte e um!
Desde de dois mil e dezassete que o conselho de administração da EMEC
é um conselho de gestãoé um conselho de gestão
Varrer os problemas para debaixo do tapete é o mais fácil. Mas se o
tapete se permanecer assim até dois mil e vinte e um, o momento da sua
limpeza, ninguém suportará o pó
Mais uma vez, por coerência, e considerando que o contrato-programa
presente para deliberação satisfaz as exigências e necessidades da EMEC, e tem
o correspondente parecer favorável da ROC, o BTF vota favoravelmente a
presente proposta



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigada, senhora deputada. Tem agora a palavra o senhor deputado Joel Sá, do PSD. Faz favor, senhor deputado.-----**DEPUTADO DO PSD – Joel Sá** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Público, Comunicação Social, todos aqueles que nos seguem via Web, boa noite.----------Este é mais um caso da gestão à socialista que nos tem habituado nos últimos anos.----------É uma empresa municipal e um processo que para ter a sua conclusão e o seu término demora, demora, e que continua a não ter os resultados que se pretendem.-----------Uma EMEC que tem uma escola que tinha que estar ao serviço dos barcelenses e das empresas e empresários e ter uma estratégia muito bem definida para aquilo que vai ao encontro daquilo que são as ambições do nosso concelho e daquilo que o nosso concelho precisa, tem um conselho de administração que está em gestão, que a Câmara Municipal não se decide renomear, nomear ou alterar. Continuamos em gestão diária, um conselho de administração com legitimidade muito reduzida para exercer funções e estudar em profundo aquilo que deve ser as funções de uma escola deste teor ao serviço dos barcelenses.----------Para não falar das várias trapalhadas de uma Assembleia Geral que é convocada e é desconvocada quarenta e oito horas depois, porque se esqueceram que é preciso aprovar alguns documentos.-----------O Partido Social Democrata, ao longo dos últimos dois anos, tem tido a preocupação de questionar a Câmara Municipal de qual é a estratégia para esta empresa e que nunca obteve resposta. E porque o contrato-programa que aqui vem para votação assenta num plano de atividades e orçamento para dois mil e



nove, instrumentos de gestão previsional e respetivo parecer do fiscal único, que não foram submetidos à Assembleia Geral, como obriga os estatutos; e como esta Assembleia Geral não aprovou esses mesmos planos de gestão; e como ela está ferida na sua legitimidade, o Partido Social Democrata não encontra razões e não pode votar favoravelmente este contrato, porque está ferido por falta destes documentos essenciais para a gestão.----------Era importante que o executivo, de uma vez por todas, defina o que quer fazer com a Escola de Tecnologia e Gestão, que nomeie ou renomeie o conselho de administração e que defina uma estratégia muito clara e que passe a que este órgão funcione, reúna a Assembleia Geral nos termos previstos nos estatutos, aprove os planos, como tem que qualquer órgão funcionar legitimamente dentro dos prazos. Portanto, aquilo que se pretende é que a empresa municipal assim funcione, porque senão de outra forma ela não está ao serviço dos barcelenses como nós pretendemos e para aquilo que ela possa servir.----------Por todas estas razões, o PSD vota contra.-----------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------Passaríamos agora à segunda ronda de inscrições de três minutos. Algum dos senhores deputados se quer inscrever? Ninguém se quer inscrever?-----------Considerando que a senhora deputada Sara Magalhães, de uma forma direta, fez umas questões ao senhor presidente, o senhor presidente quer tomar da palavra ou passamos à votação?-----PRESIDENTE DA CÂMARA - Muito obrigado, senhor presidente. Passamos à votação.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado.----------Então passaremos à votação!-----



Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar
(Vinte e um: dezoito do PSD, dois do BE, um do PCP)
Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar
(Ninguém)
Logo esta proposta foi aprovado por maioria com zero abstenções e vinte
e um votos contra
Declarações de voto?
Passaríamos então ao ponto cinco da ordem de trabalhos
SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
de delegação no Presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação, a
competência para autorizar previamente a assunção de compromissos
plurianuais decorrentes de contratos que não excedam o valor de 99.759,58 €
(noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito
cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o
prazo de execução de três anos
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores Deputados, inscrições!
Passaria a dar a palavra ao senhor deputado José Faria, do BTF, para a
sua intervenção. Faz favor, senhor deputado
DEPUTADO DO BTF – José Faria – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da
Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores
Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores
Estamos a discutir para posterior votação o ponto cinco da ordem do dia
acerca da proposta da Câmara Municipal para delegação no senhor presidente
da Câmara, com a faculdade de subdelegação, a competência para autorizar
previamente a assunção de compromissos plurianuais decorrentes de contratos
que não excedam o valor de noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove



euros e cinquenta e oito cêntimos, em cada um dos anos económicos seguintes
ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos
Não está em causa a sua legalidade formal mas, tão-somente, a questão
de natureza política que, em nosso entender, estas decisões passiveis de
despesa dilatada no tempo é de todo o interesse que seja partilhada por todos
os membros do órgão executivo
Não é por acaso que o legislador entendeu atribuir ao órgão colegial tal
prerrogativa. Por outro lado, sabemos bem que os barcelenses não
reconheceram mérito a nenhum partido ou força política dando-lhes uma
maioria no executivo e, desde logo, obrigarem o mesmo a uma partilha de
responsabilidades na gestão dos dinheiros públicos
Por outro lado, também não é de somenos importância a
disfuncionalidade que se verifica no seio da maioria circunstancial do executivo
a qual, em boa verdade, não sabemos até quando poderá durar. Ora, perante
tais observações, não é desprezível ter toda a prudência metódica a observar
Todavia, não podemos de igual modo ignorar que quantas mais
delegações a Câmara delegar no seu presidente menor será a participação da
restante vereação, também legitimada pelo voto dos barcelenses, nas decisões
da gestão municipal
Assim, e em face do exposto, o BTF vota contra a presente proposta, com
a natural liberdade de voto aos senhores presidentes de Junta
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a
palavra a senhora deputada Susana Araújo, do PSD. Faz favor, senhora
deputada
DEPUTADA DO PSD – Susana Araújo – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da



Câmara e restantes Vereadores, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados,
Caríssimo Público, Comunicação Social aqui presente, muito boa noite
O Grupo Municipal do PSD considera que, independentemente do
enquadramento legal, não vislumbramos aqui enquadramento político para
justificar a aprovação desta proposta, nomeadamente pelas seguintes razões
que invocamos:
A aprovação desta proposta representará um verdadeiro cheque em
branco nas mãos do presidente da Câmara porque a mesma é genérica, abstrata
e omissa quanto ao tipo de compromissos a assumir;
Acontece, porém, que o executivo municipal reúne quinzenalmente onde
podem, assim, ser propostos os contratos necessários ao bom funcionamento
do município;
Através desta delegação, a ser aprovada, o presidente da Câmara poderia
assumir compromissos sozinho no valor de trezentos mil euros sem necessidade
de aprovação por mais ninguém;
Contrariamente ao enunciado na proposta, consideramos, tendo em vista
uma maior eficiência, economicidade e eficácia das decisões administrativas,
esta delegação de competências atentatória do rigor e do princípio da boa
administração ao qual toda a administração pública, como sabemos, se
encontra adstrita;
A ser aprovada, os efeitos negativos provocados por esta delegação no
presidente da Câmara cairão sobre cada um destes vereadores que decidir
entregar um cheque em branco ao atual presidente da Câmara
Muito obrigada
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhora deputada. Tem agora a
palavra o senhor deputado Firmino Silva, do CDS. Faz favor, senhor deputado
DEPUTADO DO CDS-PP – Firmino Silva – Excelentíssimo Senhor Presidente da



Assembleia, respetiva Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara e
demais Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores
Quanto a este pedido de autorização, entendemos que o presidente da
Câmara não deve concentrar em si demasiados poderes, entendemos que as
suas decisões devem poder ser escrutinadas pelos demais vereadores
Embora seja legalmente admissível, não vemos motivos, não partilhamos
e não concordamos com a fundamentação deste pedido para autorizar
previamente a assunção de compromissos plurianuais, por parte do senhor
presidente da Câmara, decorrentes de contratos que não excedam o valor de
noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito
cêntimos
Entendemos que será uma questão de planificação de gestão, não
colhendo a argumentação de que o efeito útil das decisões não se compadece
com os momentos de realização das Assembleias Municipais
Somos contra todo o tipo de expedientes que possam de alguma forma
atenuar ou a obviar o escrutínio que possa ser feito sobre a atividade do
presidente da Câmara, que possa de alguma forma tornar menos transparentes
as suas decisões
O CDS, por esses motivos, votará contra
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a
palavra o senhor deputado Nelson Brito, do Partido Socialista. Faz favor, senhor
deputado
DEPUTADO DO PS – Nelson Brito – Muito boa noite
Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor
Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores
Denutados Minhas Senhoras e Meus Senhores



------Muito rapidamente só para dizer que esta subdelegação competências é feita com base precisamente na lei. Quem ouviu as intervenções anteriores dá a sensação de que isto não é baseado na lei. Isto decorre da lei. É uma prerrogativa que está prevista na lei e, portanto, é estritamente no cumprimento da lei que esta proposta vem aqui à Assembleia.-------É legítimo que haja quem concorde e haja quem não concorde. Isso é perfeitamente normal. Aliás, na sexta-feira passada aqui houve quem votasse contra o orçamento e houve mais votos a favor do que contra e o orçamento foi aprovado. Como todas as propostas que aqui vêm.----------Dizer que isto é um cheque em branco é só para termos uma noção de quanto é que estamos a falar. Estamos a falar de um montante limite anual equivalente, vamos arredondar, a cem mil euros. E cem mil euros, num orçamento de setenta milhões de euros, estou a falar de zero vírgula catorze por cento. É claro que agora o senhor presidente da Câmara, com esta competência delegada, se isto for aprovado, poderá desatar a fazer quinhentos contratos ou coisa assim do género. Não me parece que isso vá acontecer.-----------O que está aqui em causa é obviamente agilizar e dar capacidade para rapidamente decidir em projetos, obras e serviços, digamos assim, cujo peso destes serviços, deste investimento, digamos assim, é muito limitado no orçamento municipal.----------Dou outro exemplo, a título comparativo, o orçamento participativo tem uma dotação prevista de quinhentos mil euros e cada projeto pode ir até cinquenta mil euros. Neste caso, quinhentos mil euros num ano. Seguramente no próximo ano não será menos.----------Portanto, não vale a pena vir aqui confundir a árvore com a floresta e tentar fazer uma tempestade num copo de água.-----------lsto é uma questão que tem o peso que tem, que é um peso muito



limitado em termos orçamentais, e trata-se apenas e só de dar mais capacidade
e mais agilidade de decisão. Agilidade essa que já existe para projetos e
aquisições de bens e serviços cujo limite temporal, digamos assim, seja inferior
a um ano
Portanto, não tem nada de novo, não tem nada de secreto, não tem nada
de falta de transparência, não tem nada de nada, a nossa posição, obviamente,
é de votar favoravelmente. E não podíamos deixar de clarificar porque isto não
se trata de nenhum cheque em branco, porque o cheque, o verdadeiro cheque,
é o orçamento e o orçamento são setenta milhões de euros e aqui estamos a
falar de algo que vale cem mil euros por ano. Com todo o respeito por cada
euro, por cada euro, é dinheiro, sejamos realistas, isto não é um cheque em
branco
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Passaríamos agora à segunda fase de inscrições, para intervenções de
três minutos
Inscrições, senhores deputados!
Faz favor, senhor deputado José Maria Cardoso
DEPUTADO DO BE – José Maria Cardoso – Boa noite, Senhor Presidente, Senhor
Secretário e Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores e
Senhoras Vereadores, Senhores e Senhoras Deputados, Comunicação Social,
Público
Eu só venho aqui muito sinteticamente dizer a razão pela qual vamos
votar contra
E a razão pela qual vamos votar contra é exatamente pelos motivos
invocados que o senhor deputado Nelson Brito apresentou a favor. Ou seja, se
não serve para nada, se o valor é tão reduzido e tão residual, se não há nenhum



problema haver esta transferência desta delegação de competências, então por
que é que se faz? Qual é a razão?
A razão é sempre num sentido de retirar alguma legitimidade de possível
fiscalização a todo o processo
Por isso, e como foi esse um dos argumentos que apresentou, nós
votaremos contra. Portanto, os seus argumentos a favor são exatamente o
sentido do contra do nosso voto
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Terminadas as inscrições, passaríamos de imediato à votação!
Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar
(Trinta e cinco: dezassete do PSD, doze do BTF, três do CDS-PP, dois do
BE, um do PCP)
Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar
(Ninguém)
Senhores deputados, entende a mesa que está esta proposta aprovada
por maioria com zero abstenções e trinta e cinco votos contra
Senhores deputados, declarações de voto, por favor!
Alguém se quer inscrever?
Passaríamos então ao ponto seis da ordem de trabalhos
SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com
a aquisição de serviços de aluguer de viaturas de recolha de resíduos
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!
Tem a palavra o senhor deputado Mário Figueiredo, do PCP. Faz favor,
senhor deputado
DEPLITADO DO PCP - Mário Figueiredo - Muito hoa noite



Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor
Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores
Jornalistas, Meus Senhores e Minhas Senhoras
Esta minha intervenção já é meio em jeito de declaração de voto sobre
esta proposta
Antes, porém, uma pequena consideração. Esta proposta é mais um
exemplo das consequências negativas das opções políticas do Partido
Socialista
Assinalo, por isso, a opção política errada e contrária aos interesses dos
barcelenses que começou com a decisão de desinvestir em equipamentos de
recolha de resíduos que levou à rutura da frota de veículos
Decisão errada que se agravou e prolongou no tempo pela demora
injustificada de aquisição de equipamentos que devolvam ao município a
capacidade de prestar, por meios próprios, este serviço público
Esta opção política deliberada implica prejuízos financeiros e redução da
qualidade do serviço
O PCP irá abster-se nesta proposta pelo seguinte motivo:
Embora sejamos frontalmente contra o desinvestimento em
equipamentos de recolha de resíduos e o recurso ao aluguer, a negação desta
proposta teria como última consequência, atendendo à falta de meios próprios
do município, o prejuízo da qualidade à saúde pública, prejudicando o bem-
estar da população
Esperemos é que este seja o último contrato de aluguer e que a Câmara
faça o investimento em falta na recolha de resíduos e cumpra o seu dever na
prestação da qualidade deste serviço público
Disse

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a



palavra o senhor deputado Filipe Pinheiro, do CDS. Faz favor, senhor deputado.-**DEPUTADO DO CDS-PP – Filipe Pinheiro** – Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssima Senhora Secretária, Excelentíssimo Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Senhores Presidentes de Junta, Público, Senhores Jornalistas, muito boa noite.---------Eu não queria estar a repetir o que acabámos de ouvir, mas vou repetir mais um exemplo de como é que não se deve gastar o nosso dinheiro, mais um exemplo como este executivo gere muito mal o dinheiro. E, contrariamente ao que estavam aqui a dizer também anteriormente, um euro é um euro, um euro é muito importante. Mas não é o que nós vemos. E mais um processo, exatamente como o processo da água, como o processo da PPP, temos aqui mais um processo ruinoso.----------E num processo que é, no meu entender, muito simples, como também já foi dito. Estamos aqui a falar entre uma opção de alugar camiões ou comprálos ou fazer alguma coisa acerca disto.----------Eu sei que a opção já está por comprar, só que aluga-se camiões durante não sei quantos anos, que já dava para comprar camiões, os processos de aluguer já são diversos, nós já vamos com um milhão e tal de euros em aluguer de camiões, quando a opção poderia ser esta.----------Por isso é que esta questão de aquisição de camiões e a gestão de uma frota é uma coisa relativamente simples, é só olhar para as necessidades e fazer um processo de aquisição de camiões.-----------Mas este executivo, e eu passo a ler um bocadinho a declaração de voto na reunião de Câmara, começa logo a disparar em todas as direções e a dizer que isto não é nada, como já estamos habituados. Começa aqui a dizer na declaração de voto que "...a oposição, com a sua votação, ignoram de forma



demagogica, com argumentos falaciosos, porque se esquecem que uma viatura
com as características específicas desta natureza para um serviço público
exigente e para salvaguarda da saúde pública, não se encontra em qualquer
stand"
E depois diz que há aqui um senhor vereador e outro vereador que
andaram a escolher marcas e não sei quê
Bom, isto é uma confusão de primeira
lsto é uma coisa muito simples: os senhores só têm que definir as
características dos camiões, não têm que andar a escolher marcas, não têm que
andar a dizer que a oposição é que é a culpada, só têm que definir as
características, elaborar um caderno de encargos e fazer um concurso público. E
depois elaborar também, juntamente com isso, um plano económico credível e
de certeza absoluta que ninguém os chumba e de certeza absoluta que já
tínhamos os camiões
É inconcebível que isto esteja a acontecer com os dinheiros dos
barcelenses. Nós já tínhamos vários camiões comprados de certeza absoluta e
não estávamos com estas questões
Este exemplo é mais um exemplo de como o Partido Socialista gere a
nossa Câmara e gere os nossos dinheiros
Este é mais um exemplo de como a PPP já vai em milhões
E camiões? Poderíamos já ter os camiões. Camiões? Nada
Tenho dito
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a
palavra o senhor deputado José Paulo Matias, do BTF. Faz favor, senhor
deputado
DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia e Senhores Secretários. Senhor Presidente da Câmara. Senhoras e



Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e
Meus Senhores
Senhor Presidente da Assembleia:
No início da reunião desta Assembleia na passada sexta-feira registámos
o apelo de Vossa Excelência para alguma contenção, respeito e que se
evitassem ataques pessoais. Essa reunião terminou da pior maneira com
inusitado desrespeito por parte do senhor presidente da Câmara a Vossa
Excelência e a esta Assembleia. Assim, além do assunto em discussão, cuja
intervenção já tinha preparado, tecerei algumas considerações finais para lá do
assunto em debate, declarando desde já que serão de índole política e não
pessoal
Aqui e agora, discutimos a proposta da Câmara Municipal a solicitar
autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais para aquisição
de serviços de aluguer de viaturas de recolha de resíduos
A intervenção desta Assembleia neste ponto resume-se, somente, à
autorização de encargos financeiros plurianuais orçamentais, repartidos por
mais que um ano económico para pagamento da despesa para aquisição de
serviços de aluguer de viaturas de recolha de resíduos, no valor de quatrocentos
e vinte e um mil euros e mais uns trocos
Até aqui parece uma situação normal e até aceitável. Mas, e
infelizmente, para os cofres municipais esta despesa é, no mínimo, uma
revelação de incúria, desleixo e má gestão
Este procedimento de contratar a prestação de serviços em regime de
aluguer de viaturas tem vindo a ser efetuado desde agosto de dois mil e
dezasseis até à presente data, com um total acumulado de mais de um vírgula
quatro milhões de euros
Pior ainda, é que só em janeiro de dois mil e dezoito foi feito um pedido



prévio para a aquisição de dez novas viaturas para a dita recolha de resíduos
Mais tarde, há cerca de ano e meio, foi aprovada a aquisição de oito
viaturas por entenderem que são suficientes e por um custo aproximado de um
vírgula seis milhões de euros, pouco mais que o aluguer pago desde agosto de
dois mil e dezasseis até à assinatura deste contrato de cerca de um vírgula
quatro milhões de euros
Como é possível que a autorização do pedido prévio para a aquisição das
novas viaturas tenha sido feita em agosto de dois mil e dezasseis, ainda hoje se
faça mais um contrato de aluguer por mais um ano?
Senhor presidente da Câmara, desde agosto de dois mil e dezasseis até
novembro de dois mil e dezanove passaram mais de três anos para a aquisição
das novas viaturas e sabemos que o concurso público entretanto aberto e
concluído ainda aguarda pelo visto do Tribunal de Contas
Três anos é muito tempo para se concluir um concurso público de
aquisição de viaturas. Por isso uma despesa que seria de cerca de um vírgula
seis milhões de euros passará a custar muito perto de três milhões de euros! A
isto podemos chamar rigor?
A quem pedir responsabilidades, senhor presidente? Onde está a
liderança e a capacidade de resolver os problemas? É por falta dela que o BTF
vota contra a presente proposta
Pior que isto, acredite que fiquei perplexo quando na declaração de voto
que o PS fez na reunião de Câmara de trinta e um de outubro passado e ditada
para a ata por Vossa Excelência e subscrita pelos vereadores da maioria, ao
querer justificar as críticas dos vereadores da oposição vertidas nas suas
declarações de voto, ter imputado as culpas do atraso na aquisição das viaturas
aos então vereadores Domingos Pereira e Alexandre Maciel
E cito: "Mais se lamenta que o vereador do BTF que teve responsabilidade



na gestão deste processo até dois mil e dezasseis, e que não o resolveu por diferendo com o vereador Alexandre Maciel, sobre qual a marca dos veículos a comprar!".----------Senhor presidente, de seis de maio de dois mil e dezasseis até hoje passaram três anos e meio!-----------Pior ainda é fazer insinuações graves a dois vereadores acerca de divergências quanto à marca das viaturas a adquirir. Pessoas sérias e dedicadas, não merecedores de tais insinuações.----------O senhor presidente saberá tão bem quanto os próprios, a quem quer atingir para se desculpabilizar, que em nenhum concurso público se pode colocar marcas comerciais mas sim características técnicas e dentro dos critérios do caderno de encargos é que os concorrentes apresentam as suas propostas.----------Senhor presidente da Câmara, não querendo judicializar a política como costuma afirmar e eu concordo, mas no exercício do seu poder de primeiro responsável da gestão municipal pergunto: atuou contra aquela prática? Denunciou os prevaricadores? Se tem provas deve ainda hoje fazê-lo sob pena de considerarmos uma cobardia política denegrir o bom nome e reputação dessas pessoas e ficar como vítima e pedinte de compaixão.----------Perante isto, ao que acrescento a inqualificável insinuação que aqui fez no final da primeira reunião desta Assembleia na passada sexta-feira sobre Tiago Dias do BTF, por recomendar cautela sobre a tendência de clientelismo na contratação de recursos humanos para os quadros do município (atenção que vamos estar atentos e críticos a essas contratações e denunciaremos, como até aqui temos feito, os amiguismos, a proximidade familiar, os interesses de grupo ou partido em prejuízo do interesse público), mais não posso dizer, para bem do bom relacionamento institucional e em defesa da democracia, que aqueles



visados, por falta de clarificação, de dizer o que sabe em vez de insinuar e na
ausência de um pedido de desculpas públicas, apresentem queixa judicial contra
a Vossa Excelência por mentira, insinuação, injúria e difamação em flagrante
prejuízo do seu bom nome e reputação, enquanto indivíduos no exercício de
cargos públicos para os quais foram eleitos como Vossa Excelência
Tem de haver lugar para o bom senso e respeito. E estes têm de ser
recíprocos
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Tem agora a
palavra o senhor deputado Nelson Brito, do Partido Socialista. Faz favor, senhor
deputado
DEPUTADO DO PS – Nelson Brito – Boa noite, novamente
lsto é muito simples. Esta proposta visa garantir que o serviço de recolha
de resíduos ou recolha de lixo como habitualmente lhe chamamos se pode
manter durante o processo de aquisição dos novos camiões
Obviamente se esta proposta não for aprovada isto tem uma
consequência prática e imediata na vida dos barcelenses: que é deixar de haver
recolha de lixo e consequentemente, em poucos dias, teremos um problema de
saúde pública, como o deputado Mário Figueiredo aqui referiu, e muito bem.
Essa é a questão que está aqui
Quanto àquilo que as anteriores intervenções visaram, não foi
exatamente a proposta em causa, porque eu acho que todos estão de acordo
que a recolha de lixo tem que continuar, até sou capaz de pensar que o voto
contra é um voto, enfim, contra mas a favor por saberem que a proposta
provavelmente será aprovada, porque se ela não fosse aprovada teríamos aqui
um problema gravíssimo e os barcelenses teriam um problema gravíssimo.
Portanto, é uma questão de sentido de responsabilidade



-----Quanto à questão do processo de aquisição das viaturas, e sem querer entrar aqui em discussões técnicas sobre a elaboração do caderno de encargos, as características das viaturas, porque naturalmente, como poderão saber ou não, não sou a pessoa mais experimentada nesse tipo de avaliação, mas aquilo que posso dizer é que de facto o processo também se atrasou, pelo menos recentemente, porque na Câmara Municipal e na reunião do executivo da Câmara houve uma sucessiva colocação de dificuldades ao avanço da proposta, à aprovação da proposta. Portanto, a oposição presente no executivo, usando das prerrogativas democráticas que lhe assiste, mas tendo que assumir a responsabilidade por isso, também tem a sua quota-parte de responsabilidade. Portanto, meus caros deputados municipais, aquilo que temos é que fazer uma análise fria da situação.----------Compreendo que a oposição queira opor-se e venha aqui esgrimir os seus argumentos, mas a resolução do problema dos barcelenses e neste caso no que respeita à recolha do lixo é uma coisa visível, qualquer barcelense percebe qual seria o impacto de não haver recolha do lixo se esta proposta fosse chumbada, como aquilo que aqui ouvimos das bancadas que vieram aqui pronunciar-se.---------Portanto, vamos ver a votação e vamos ver se é aprovada ou não, eu acho que o sentido de responsabilidade deve levar-nos a aprovar, porque independentemente de concordarmos com o processo de aquisição ou não, porque este executivo há uma coisa que está absolutamente comprometido e nunca pôs em causa, o serviço de recolha de lixo é um serviço municipal, da Câmara Municipal, e assim vai continuar. Portanto, não há aqui nenhuma lógica ou nenhuma tentativa ou nenhum pensamento de adjudicar este serviço a uma empresa, como em alguns municípios isso acontece, neste caso a aquisição das viaturas é mais um sinal desse compromisso.-----------Portanto, aquilo que o Partido Socialista vai fazer é votar a favor desta



proposta e esperar que os senhores deputados da oposição reflitam bem e
votem também em consciência e, se possível, aprovem também
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Para
terminar este ciclo de inscrições, tem a palavra o senhor deputado Joel Sá, do
PSD. Faz favor, senhor deputado
DEPUTADO DO PSD – Joel Sá – Muito boa noite
Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Membros da
Assembleia
Este ponto, mais uma vez, demonstra a gestão do Partido Socialista.
Quem ouviu, na passada sexta-feira, tanto rigor e tanta boa gestão do Partido
Socialista, que ao fim de dez anos de gestão e à frente dos destinos da Câmara
Municipal não conseguiram renovar a frota dos camiões de recolha dos
resíduos. Ao fim de dez anos não fizeram qualquer investimento ou compraram
qualquer camião novo, não fizeram qualquer renovação de frota, apenas
recorreram a alugueres milionários porque a frota estava envelhecida, em vez
de terem planificado ao longo dos dez anos, desde o início, que a frota tinha
que ser renovada, fazer um plano de investimentos, um plano de encargos, para
que ao longo do período fosse renovando a frota de uma forma programada,
como se faz em qualquer boa gestão de qualquer empresa, de qualquer
município. O Partido Socialista, mais uma vez, não o soube fazer
Não se percebe por que é que o período é tão alargado de recurso ao
aluguer de camiões quando se pretende adquirir novos camiões
Não se percebe, porque o senhor presidente da Câmara afirmou há
pouco tempo que era mais barato e de maior qualidade e com menos custos
alugar os camiões do que adquirir
Aquilo que se está ver neste momento é que o aluguer dos camiões está



praticamente no valor de aquisição de camiões novos. O que quer dizer que nós
desperdiçámos muitos milhões ao longo deste período porque com este valor já
tínhamos renovado toda a frota, o que, mais uma vez, demonstra aqui a
incapacidade e incompetência da gestão do Partido Socialista
Não percebemos também e estranhamos o enorme desfasamento entre
a estimativa e o valor de aquisição, é uma diferença colossal
Portanto, são várias situações que não se percebem, ou se percebem,
porque vamos conhecendo a gestão do Partido Socialista
Não se percebe por que é que por duas vezes o Tribunal de Contas
devolve o contrato à Câmara Municipal, não se é capaz de se resolver isto à
primeira, é preciso o Tribunal de Contas chumbar isto duas vezes
Portanto, mais que razões, mais uma vez repito, da má gestão, da falta
de planeamento ao longo dos anos para o que tem a ver já com a qualidade de
vida das pessoas, com o bem-estar e, em termos ambientais, é um serviço
fundamental
Vir agora dizer, fazer chantagem que se chumbarmos esta proposta está
em causa a recolha do lixo E o que é que andaram a fazer durante dez anos? Ai
agora chantageiam ao fim de dez anos e durante dez anos não se lembraram
que tinham que renovar a frota e é só agora que tem que ser?
Mais uma vez, não há aqui nenhuma planificação e os barcelenses já vão
percebendo claramente o que é que está aqui em causa. Demonstra, mais uma
vez, incapacidade, incompetência do executivo do Partido Socialista, uma
gestão ruinosa da coisa pública
Por fim, deixo um desafio ao executivo:
Que são do Partido Socialista, tendo o Governo do Partido Socialista nada
impede o Governo de abrir concurso para estas áreas, como fez com a Carris em
Lisboa, como fez com a STCP no Porto, abrir aqui um novo concurso. Fazer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL pressão junto do Governo, do senhor primeiro-ministro, no PO SEUR, e pressão junto do gestor operacional regional ou da própria CIM que se abra concurso para esta matéria. Compete, que muitas Câmaras já o fazem, da influência que possam ter junto do Governo. Nada impede o Governo de o fazer. Portanto, é terem capacidade de influência junto do Governo para que se possa abrir. Outras Câmaras sabem-no fazer, pressionar junto do seu Governo para que possa abrir concursos específicos para determinadas matérias. Por isso é que se percebe esta má gestão, não sabem como é que as coisas funcionam, se há outras autarquias que conseguem influenciar o Governo para se abram concursos em determinadas áreas. Já o disse, pode ir ao PO SEUR e pode o Governo abrir aqui como abriu noutras áreas, até tem o fundamental que poderá estar disponível em algumas áreas, é ter a capacidade de influência junto do vosso Governo para que aquilo se faça. Portanto, aquilo que se pretende é que, de uma vez por todas, o resolvam.----------Eu percebo o incómodo porque não sabem e aprendam com os outros que o sabem fazer, porque há outras autarquias que o sabem fazer. E vocês riem-se, acham piada, e os barcelenses é que saem prejudicados com a incapacidade e a inoperância do Partido Socialista.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----------Terminou este ciclo de inscrições, passaríamos à segunda fase de inscrições para três minutos.----------Senhores deputados, inscrições!----------Faz favor, senhor deputado José Manuel Cardoso, do CDS.------DEPUTADO DO CDS-PP - José Manuel Cardoso - Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Digníssima

Vereação, Membros desta Assembleia.-----



Eu venho aqui no seguimento das intervenções anteriores dizer que não
aceitamos esta chantagem com a oposição dita há pouco aqui pelo Nelson Brito.
O que acabou de dizer é que tudo que corra mal será sempre culpa da
oposição
Eu gostaria de perguntar ao executivo o porquê do chumbo do Tribunal
de Contas, quando todos aqui ainda na passada sexta-feira, também pelo
próprio Nelson Brito, a fazer o louvor às contas do executivo. Eu penso que não
será por falta de dinheiro nem por problemas de tesouraria que o Tribunal de
Contas chumbou
E o que acabou de dizer aqui também é um paradoxo, porque se o lixo é
uma competência do executivo camarário e não consegue comprar viaturas ao
longo de um processo dos últimos três anos, agora imagine se tivéssemos a
concessão da água e tivéssemos que adquirir algum equipamento e estaríamos
três anos à espera ou mais porque a Câmara não consegue e depois também
imputava a responsabilidade à oposição porque não conseguia. Portanto, há
aqui um paradoxo entre uma gestão pública e se calhar uma gestão privada. Eu
acredito que a gestão privada tenha outras ferramentas mais ágeis para
aquisições
Agora, solicito ao executivo uma explicação da demora deste tempo, o
que é que correu mal no processo, sabemos que temos que seguir o Código da
Contratação Pública e que tem que ter o visto do Tribunal de Contas porque são
contratos superiores a trezentos e cinquenta mil euros, porque o que está aqui
refletido no meio deste processo todo ao longo destes três anos é que de facto
há prejuízo financeiro para o erário camarário e neste caso para os barcelenses
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Considerando que o senhor deputado fez uma pergunta direta ao senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL presidente da Câmara, presumo para que eventual resposta surja antes da votação, ia perguntar ao senhor presidente se quer intervir para dar o esclarecimento que pretender.-----PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.---------Senhor Presidente, Senhora Secretária e Senhor Secretário, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e de União, Caras e Caros Cidadãos, um cumprimento especial para quem nos acompanha via Web.-----------Muito rapidamente, até porque cada um de nós tem que assumir as responsabilidades daquilo que faz, e começando pelo fim, o Tribunal de Contas não chumbou processo nenhum, o Tribunal de Contas pediu esclarecimentos, que é uma coisa perfeitamente normal. E se quer saber o preciosismo que o Tribunal de Contas tem... Primeiro, não é o presidente da Câmara que faz os procedimentos, são os técnicos. É natural que em processos desta dimensão e desta complexidade, e então a dos camiões é de uma complexidade técnica enorme, e respondendo já ali ao senhor deputado Filipe Pinheiro, de facto isto não se arranja num stand, era bom que se arranjasse porque se adquiriam com mais facilidade, tem especificidades próprias, são camiões que estão preparados e as especificidades técnicas são para a especificidade do nosso território, não é um equipamento que se arranje com facilidade, demora muito tempo. Mas, dizia eu, para perceber a complexidade com que o Tribunal de Contas olha para estes processos, não é para os de Barcelos, é para os do país, uma vez fomos confrontados, isto até em relação ao mercado municipal, o grupo de técnicos que estava a trabalhar no processo para preparação da documentação mandou dizer nos documentos que o prazo de execução eram dois anos (é assim que lá está), numa outra peça dizia setecentos e trinta dias (e nós dizemos: "é a mesma coisa") e o Tribunal de Contas pediu esclarecimentos, porque como o



ano é bissexto tem setecentos e trinta e um dias, e tivemos que explicar o porquê para perceber. E o senhor que trabalhou numa administração do hospital sabe a complexidade que é lidar com o Tribunal de Contas e que não é nada fácil. Portanto, não chumbou nada, foram apenas esclarecimentos que nos foram pedidos e que nós naturalmente temos o dever e fazemo-lo, devolvendo aquilo que são os esclarecimentos que o Tribunal de Contas pretende.----------Só uma palavra para o senhor deputado José Paulo Matias, que veio aqui fazer de advogado do senhor deputado Tiago Dias. Senhor deputado, se o senhor deputado Tiago Dias afirmou, e passo a citar, "que nós fazemos contratação nos recursos humanos na base do clientelismo", eu desafio o senhor deputado ir ao Ministério Público fazer esta queixa, porque esta queixa e aquilo que o senhor deputado disse aqui não só me ofende a mim pessoalmente como ao executivo, como ofende naturalmente aqueles cidadãos que concorrem a estes concursos, ao júri do concurso que é independente, às empresas que foram contratadas externamente para fazer os testes psicotécnicos e psicológicos, isto ofende toda a gente. E foi pena que a Assembleia acabasse nesses moldes e é pena quando se vem aqui dizer, passo a citar que eu apontei aqui aquilo que o senhor deputado disse, "que os recursos humanos são feitos na contratação na base do clientelismo". Portanto, eu faço um desafio ao BTF e ao senhor deputado Tiago Dias que foi ele que fez a expressão, isso sim, isso é que é grave, que vá junto do Ministério Público, da Polícia Judiciária, de quem entender, que demonstre a sua afirmação, porque isto não pode ser leviano ao ponto de se dizer isto numa Assembleia Municipal como esta porque toda a gente nos está a ouvir. E as pessoas que trabalham nesta casa são todas sérias. O senhor é uma pessoa muito séria, não duvido, mais do que eu não o é, garanto-lhe, tanto como eu pode ser. E o mesmo eu

digo ao senhor deputado Tiago Dias. Ele é que fez aqui uma afirmação



gravíssima, na minha opinião, e senti-me ofendido porque não é assim que
funciona, até porque o senhor vereador Domingos Pereira foi também vereador
dos recursos humanos durante muito tempo e ele sabe perfeitamente que as
coisas eram feitas com a correção devida, conforme determina a lei
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Passaríamos então à votação!
Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar
(Trinta e dois: dezassete do PSD, doze do BTF, três do CDS-PP)
Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar
(Quatro: um do BTF, dois do BE, um do PCP)
Senhores deputados, esta proposta foi aprovada por maioria, registando-
se trinta e dois votos contra e quatro abstenções
Senhores deputados, declarações de voto!
Alguém pretende fazer declaração de voto?
Faz favor, senhor deputado José Paulo Matias
DEPUTADO DO BTF – José Paulo Matias – Senhor Presidente da Assembleia,
Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e
Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus
Senhores
O que eu queria dizer aqui como declaração de voto é que o senhor
presidente da Câmara não respondeu às questões essenciais que pus, que são
as insinuações que fez aqui relativamente ao deputado Tiago Dias, foi uma
insinuação. Na última Assembleia fez uma insinuação e não respondeu, não
explicou essa insinuação. E, pior do que isso, a declaração de voto que fez,
senhor presidente, acerca da posição do Domingos Pereira e do vereador
Maciel, não deu explicação nenhuma aqui. Portanto, aquilo que o senhor agora



acabou de fazer, desafiar o Maciel, eu desafiarei estas pessoas a apresentar
uma queixa contra o senhor
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Damos por encerrado este ponto da ordem de trabalhos
Senhores deputados, o senhor vereador doutor Mário Constantino pediu
a defesa da honra. Como sabem, desde o início deste mandato a postura da
mesa tem sido sempre a mesma e, portanto, não questionamos sequer a
matéria
Senhor vereador, tem os três minutos regimentais, faz favor
VEREADOR DO PSD – Mário Constantino – Senhor Presidente da Assembleia,
Senhora Secretária e Senhor Secretário, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras
e Senhores Vereadores, Caras e Caros Deputados Municipais, Minhas Senhoras
e Meus Senhores, Comunicação Social
Eu percebo o incómodo e o desconforto do Partido Socialista em
defender o indefensável
Percebo, também, que tenham alguma dificuldade em argumentar os
três anos e meio de atraso para renovar a frota
O que eu não entendo é a indignidade com que veio aqui dizer ou afirmar
que os senhores vereadores da oposição dificultaram ou contribuíram para este
atraso
lsso é absolutamente lamentável!
Já o Partido Socialista, pela pena do presidente da comissão política
barcelense, acusou os vereadores da oposição de virarem as costas às Juntas de
Freguesia e às associações porque tomaram uma medida, como o senhor
deputado disse aqui, e bem, em defesa dos barcelenses. E fizemo-lo porque
temos essa prerrogativa de votar contra, de nos abster ou de pura e



simplesmente não participar nas reuniões quando, no nosso entendimento, não
estão reunidas as condições, de facto, de direito e de dignidade para que se
possa discutir de uma forma séria, de uma forma consistente e de uma forma
com a realidade completa estas questões
No caso que quis agora aqui assim trazer à colação, relembro que nós
efetivamente, no dia dezoito de setembro, abandonámos uma reunião por uma
questão formal e por algumas questões materiais
A questão formal foi que temos um parecer da CCDR Centro, que demos
à senhora vice-presidente que na altura estava a liderar a reunião, dizendo que
não podem ser marcadas, alterando toda a lógica e toda a prática que tinha
vindo a ser seguida até então, com dois dias de antecedência, sem que nós
tivéssemos a documentação de suporte necessária. Apresentámos essa
justificação
Mas havia razões materiais, duas em particular:
Uma tinha a ver com o mercado municipal e o sítio para onde ia ser
deslocado esse mercado municipal. Perguntámos ao executivo se havia um
estudo quer arquitetónico, quer financeiro relativamente ao local que estava
destinado para, provisoriamente, acolher o mercado municipal. A essas
perguntas obtivemos zero respostas porque não as havia. E desafiámos o
senhor presidente da Câmara na reunião seguinte, quando ele já estava
presente, que apresentasse a mesma proposta e o presidente da Câmara não
apresentou, nem vai apresentar, porque sabe que não é possível nos termos em
que disse, vai alterar as circunstâncias;
E outra razão material também que nos levou a tomar aquela posição foi
a falta de informação relativamente ao contrato com a empresa de advogados.
Uma vez que um vereador da oposição, que entretanto no mandato anterior
estava no Partido Socialista, afirmou em plena reunião, e eu desafio o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL vereador Domingos Pereira a fazê-lo aqui hoje e a explicar, que efetivamente não havia razão nenhuma para voltar a fazer um contrato porque esse contrato, ou o contrato que existia anteriormente, assegurava todas as custas relativamente ao processo da água.----------Portanto, não houve e nunca haverá por parte dos vereadores da oposição qualquer receio de, olhos nos olhos, dizermos aos senhores presidentes de Junta, às associações e aos barcelenses que estamos aqui a defender o melhor para Barcelos e o melhor para Barcelos é efetivamente não concordar ou não estar presente quando não há as condições objetivas, democráticas e dignas para podermos discutir seriamente as questões.------------Disse.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Muito obrigado, senhor vereador. O senhor vereador Domingos Pereira também pediu a intervenção para a defesa da honra, pelos mesmos motivos.----------Faz favor, senhor vereador Domingos Pereira.-----Senhores deputados, agradeço que tenham calma, o critério da mesa é igual para os cento e vinte e três senhores deputados desta Assembleia e os membros do VEREADOR DO BTF - Domingos Pereira - Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, restantes Vereadores, Senhores Deputados.----------Eu venho aqui fazer esta pequena intervenção e rápida intervenção para clarificar umas situações que de facto carecem de justificação.-----------Dizer, relativamente às declarações do senhor deputado Nelson Brito, que fê-las por desconhecer naturalmente o que se passou na reunião de Câmara de dezoito de outubro, porque se tivesse o conhecimento devido tenho a certeza de que não proferia tais declarações, porque o considero e tenho pelo



deputado Nelson Brito estima e consideração e tenho-o como uma pessoa séria e honrada. Digo isto aqui publicamente sem reservas.----------Relativamente à minha posição e aos demais vereadores que se encontravam na reunião de Câmara, reunião extraordinária, eu posso dizer-vos, e digo isto com todo o desprendimento, que a posição que nós tomámos, e particularmente a minha posição, foi feita no sentido de dar conforto à maioria do executivo na Câmara Municipal: os vereadores do Partido Socialista. E garanto-vos que foi um conforto que lhe demos ao tomarmos aquela posição. Nós íamos votar uma proposta, particularmente uma proposta de prestação de serviços aos advogados, por um serviço de mais de duzentos e cinquenta mil euros que já tinham sido pagos por um contrato assinado por mim por trezentos mil euros. Os senhores queriam que eu votasse um contrato desses? Isso é sério? Não venham para aqui agora querer branquear situações que não estão de acordo com as regras da contratação pública. Jamais me calarão!------------Portanto, eu desafio as pessoas a terem bom senso, a terem o comportamento que está de acordo com o seu pensamento, e sei que agem de boa-fé. Não é denegrir as pessoas de ninguém, é sabermos que o município de Barcelos está debaixo dos holofotes de tudo o que é feito no município e os cuidados devem ser redobrados.----------Quando agimos na reunião de dezoito de outubro eu tenho a certeza absoluta que os senhores vereadores do Partido Socialista ficaram confortáveis e tenho a certeza absoluta que ficaram reconhecidos pela posição que tomámos.----------Recebi há dias as cópias dos contratos e está lá escrito, os contratos feitos à sociedade de advogados continham o serviço que era proposto no contrato da reunião de dezoito de outubro. Portanto, não queiram branquear

isso. Por favor, não queiram branquear. E sabem perfeitamente que aquilo que



estou a dizer é verdadeestou a dizer é verdade
Relativamente ao contrato de aquisição das viaturas e da marca, o
silêncio diz tudo e remete de facto para a falácia dos comportamentos que têm
sido feitos para denegrir a imagem daqueles que sempre trabalharam e deram o
melhor de si. Mas os barcelenses é que reconhecerão naturalmente
Muito obrigado, senhor presidente, por me ter dado esta oportunidade e
espero que tenham ficado esclarecidas de uma vez por todas estas situações. E
só virei aqui a este púlpito quando for desafiado, não me verão aqui a ter
situações proativas, mas quanto tiver que ter posições reativas aqui estarei para
defesa da verdade e dos factos
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor vereador Domingos
Pereira. Eu agradeço é que esta sucessão de intervenções democraticamente e
regimentalmente admitidas e admissíveis não se transformem em discussão
parlamentar em termos de Assembleia Municipal
À mesa, entretanto, na sequência, já chegaram mais dois pedidos de
intervenção para defesa da honra, do senhor deputado Nelson Brito e do
senhor presidente da Câmara
Portanto, a mesa continua a usar o mesmo critério, apelando para que
haja alguma contenção, porque senão não saímos de sucessivas defesas da
honra
Senhor deputado Nelson Brito, faz favor, para defesa da honra
DEPUTADO DO PS – Nelson Brito – Muito obrigado, senhor presidente
Vou ser muito breve e só venho aqui defender a honra e já digo porquê.
Porque o senhor vereador Mário Constantino veio aqui dizer que eu fiz
afirmações indignas ou de indignidade e, portanto, a mim ofende-me e ofende a
honra de facto norque não foi nem de perto nem de longe uma afirmação



indigna, foi uma afirmação estritamente política e que mantenho
naturalmente
E disse aqui o senhor vereador Mário Constantino que houve duas razões
materiais para abandonar aquela reunião. E eu aqui disse foi que os vereadores
da oposição, tal como os do executivo da maioria do Partido Socialista, têm
todo o direito a abandonar a reunião, as reuniões que quiserem, qualquer
deputado aqui pode abandonar a reunião, o que assumem é a responsabilidade
por isso. Foi isso o que eu disse. E acho que fui muito claro e acho que isso não é
indigno nem pouco mais ou menos
E também não é indigno quando o senhor vereador vem aqui dizer, dá
duas razões muito concretas para terem abandonado a reunião. Muito bem,
nada contra, não tenho nada a apontar a isso, embora discorde, mas não tenho
nada a apontar. Aquilo que digo é que nenhuma delas era o contrato da
aquisição das viaturas do lixo. Aquilo que veio aqui dizer foi que houve uma
tomada de posição política dos vereadores da oposição na Câmara Municipal,
têm direito a assumirem essa posição, aliás, o senhor vereador Domingos
Pereira também fez uma afirmação aqui claramente política e que tem todo o
direito de a fazer aqui e em todos os fóruns em que entenda, isto é o debate
democrático a funcionar
Agora, vir aqui dizer que é indigno e que eu fui desonesto
intelectualmente quando vim aqui dizer que a oposição também contribuiu para
atrasar o processo, isso é que eu não posso deixar passar em claro porque não
corresponde à verdade. Não corresponde à verdade dizer que fui indigno aquilo
que eu disse aqui, foi estritamente político. Julgo até que o senhor vereador
Mário Constantino, com todo o direito, teve a necessidade de vir aqui fazer uma
intervenção onde também se afirma como uma pessoa proeminente dentro do
seu partido, com certeza, acho muito bem, como outras pessoas dentro do



palavra ao senhor presidente da Câmara, também para igual defesa da honra. Faz favor, senhor presidente.------

PRESIDENTE DA CÂMARA – Senhor presidente, apenas um esclarecimento que me parece que há confusão. O senhor vereador Domingos Pereira tem uma vantagem porque leu os contratos recentemente. Eu vou falar um pouco de memória. E dizer que aquilo que se dá aqui a ideia é que nós estamos a fazer um favor aos advogados ou a pagar duplicação de serviço e não é verdade. Aquilo que está no último contrato assinado com os advogados é que o pagamento que foi feito, e repito, eu vou falar de memória porque não refresquei esta informação dos contratos, mas é o que eu tenho em memória, que a prestação de serviço que foi feita pelos juristas da sociedade de advogados era até trânsito em julgado da sentença. A sentença transitou em julgado já há bastante tempo, optou-se agora... Senhor vereador, deixe-me falar, o seu não, não, está-me a interromper. Estou-lhe a dizer que em memória que eu tenho é que era até trânsito em julgado. A sentença já transitou em julgado e está neste momento suspensa por força do acordo que foi feito entre as duas partes. E aquilo que está a ser discutido e está a ser cobrado pelos advogados, e bem, é o serviço de apoio jurídico neste novo modelo deste acordo que está feito, que foi muito duro, eu relembro aqui as várias reuniões que houve na ERSAR e noutras



entidades. E, portanto, vir-se aqui dizer que está tudo pago, que nada se deve
aos advogados, não é exato, não está correto. Repito, isto é demonstrável pelos
documentos que se assinaram. Agora, dizem-me assim: "Transitou em julgado,
mas ainda não se pagou nada da sentença". É um facto, mas o que está nos
contratos é a sentença transitada em julgado e, repito, ela está transitada em
julgado, só não foi executada porque houve o acordo das águas
Muito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Terminado este ponto seis da ordem de trabalhos, passaríamos então ao
ponto sete
SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no
domínio privado municipal de uma parcela de terreno com a área de trezentos e
setenta e sete metros quadrados, sita na freguesia de Galegos Santa Maria
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!
Não há inscrições?
Então passaríamos diretamente para a votação!
Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar
(Ninguém)
Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar
(Três: dois do BE, um do PCP)
Logo esta proposta foi aprovada por maioria com três abstenções
Declarações de voto sobre esta matéria?
Passaríamos ao ponto oito da ordem de trabalhos
SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
de delimitação da Área de Reabilitação Urbana Barcelos Nascente Dois e
respetivo regime de henefícios fiscais



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA - Senhores deputados, inscrições, por favor!
Ninguém se inscreve?
Passamos então à votação!
Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar
(Ninguém)
Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar
(Ninguém)
Esta proposta foi assim aprovada por unanimidade
Passaremos ao ponto nove
SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipa
de revisão do traçado da rede secundária prevista a executar no PDM
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!
Senhor deputado Hugo Cardoso, do PSD, tem a palavra, faz favor
DEPUTADO DO PSD – Hugo Cardoso – Muito obrigado
Senhor Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da
Câmara, Senhores Vereadores, Caríssimo Público
Dizer apenas que o Grupo Municipal do PSD se vai abster nesta proposta
uma vez que a mesma não obteve parecer da Junta de Freguesia, embora não
seja vinculativo é nosso entendimento que seria necessário para votarmos
favoravelmente. Portanto, só por esse motivo iremo-nos abster
É só
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado
Segundo período de inscrições!
Alguém se quer inscrever?
Passamos à votação!
Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar
(Ninguém)



Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar
(Dezoito: dezassete do PSD, um do PCP)
Senhores deputados, esta proposta foi aprovada por maioria com zero
votos contra e dezoito abstenções
Há alguma declaração de voto?
Passamos ao ponto dez
SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
relativa à concessão de benefícios e incentivos fiscais à requerente Advancer –
Soluções de Gestão, S.A., no âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro
Histórico de Barcelos
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!
Não há inscrições?
Passamos então à votação!
Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar
(Ninguém)
Os senhores deputados que se abstêm fazem o favor de se levantar
(Ninguém)
Esta proposta foi assim aprovada por unanimidade
Passamos ao ponto número onze
SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação
urbanística destinada à construção de uma Estação Elevatória, sita na Rua de
São João, União das Freguesias de Sequeade e Bastuços (São João e Santo
Estevão)
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!
Passamos à votação!
Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar



(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Aprovado por unanimidade
Passamos ao ponto doze
SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipa
a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação
urbanística destinada à construção de uma Estação Elevatória, situada na Rua
Dr. António Rodrigues, União das Freguesias de Carreira e Fonte Coberta
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!
Então passamos à votação!
Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Esta proposta foi aprovada por unanimidade
Passamos ao ponto número treze
SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipa
a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação
urbanística destinada à instalação da atividade de "turismo de lazer/aventura e
turismo de natureza", sita na Rua do Bairro, freguesia de Rio Covo Santa
Eugénia
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!
Passamos à votação!
Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar
(Ninguém)
Os senhores deputados que se abstêm?



(Um do PCP)
Esta proposta foi assim aprovada por maioria com zeros votos contra,
uma abstenção e os restantes a favor
Passamos ao ponto número catorze, que é um dos temas que foram
introduzidos na ordem de trabalhos já depois do edital
SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
para a aplicação do percentual de zero vírgula vinte e cinco por cento relativo à
Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para vigorar no ano de dois mil e
vinte
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!
Então passaremos à votação!
Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar
(Ninguém)
Os senhores deputados que se abstêm?
(Ninguém)
Esta proposta foi aprovada por unanimidade
Passamos à proposta número quinze, também é uma proposta nova
introduzida no início da sessão
SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no
domínio privado municipal de uma parcela de terreno com área de cerca de
duzentos e sessenta e dois metros quadrados, sita na Avenida Dr. Sidónio Pais,
União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaínha (São Martinho e
São Pedro
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!
Passamos então à votação!
Os senhores deputados que votam contra fazem o favor de se levantar



(Ninguém)
Quem se abstém?
(Um do PCP)
Portanto, esta proposta foi aprovada por maioria com zero votos contra,
uma abstenção e os restantes a favor
Ponto número dezasseis
SEGUNDA SECRETÁRIA – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal
a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal para a instalação
de uma clínica veterinária, localizada na freguesia da Várzea
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Inscrições, senhores deputados!
Quem vota contra?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Um do PCP)
Esta proposta foi então aprovada também por maioria com zero votos
contra, uma abstenção e os restantes a favor
Passaríamos ao ponto dezassete e último
SEGUNDA SECRETÁRIA – Apreciação da informação escrita do Senhor
Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação
financeira do mesmo
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Senhores deputados, inscrições!
Senhor deputado Manuel Ramião, do BTF. Faz favor, senhor deputado
DEPUTADO DO BTF – Manuel Ramião – Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e
Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores
Presidentes de Junta, Digníssimo Público, Comunicação Social
Senhor presidente, lida a informação escrita enviada aos líderes dos



grupos parlamentares desta Assembleia Municipal, o BTF deparou desde logo
com alguns hiatos acerca das realizações que nela não estão contempladas.
Descuido? Distração? Esquecimento? Não sabemos. Não somos adivinhos nem
temos pretensões a tal
O que sabemos é que isso pode resultar de outras condicionantes, dentre
elas o estar orgulhosamente só, e como tem uma desmesurada sapiência e é
tão iluminado não fez a partilha dos problemas que afligem o município com
quem o acompanha no município
Estamos a falar, tão-só a avivar a sua memória, acontece aos melhores,
da não referência à iluminação de Natal, bem como dos seus custos. De resto,
uma das imagens de marca do município desde há décadas
Assim, nós decidimos perguntar-lhe: Barcelos vai ter iluminação nesta
época natalícia? Quando? Em meados deste mês? Quais os custos acrescidos
por esta distração ou esquecimento? E a irresponsabilidade pode onerar o
erário municipal? Quanto custará isto aos barcelenses?
Esperamos que nos dê respostas
As gentes de Barcelos e os comerciantes, em particular, também o
esperam
Outra questão que lhe queremos colocar e que acreditamos que ficará
para mais um esquecimento seu, muitos afazeres, falta de concentração, é o
seguinte:
De acordo com as informações veiculadas pelos meios de comunicação
da imprensa local, o Supremo Tribunal Administrativo proferiu a sentença que
transitou em julgado da obrigatoriedade do município pagar aos parceiros da
PPP, de juros provenientes da indemnização de oito vírgula seis milhões de
euros, uma taxa de juros comercial de mais de sete por cento, no valor
aproximado de três vírgula cinco milhões de euros



Senhor presidente, será que já viu quanto esta teimosia vai ficar aos
barcelenses e onerar, mais uma vez, o erário municipal e depauperar o seu
orçamento?
Por que não ouviu atempadamente as sugestões do BTF nesta
Assembleia?
É verdade ou mentira que vamos ou não pagar essa sua teimosia?
Face a isso, até nos apetece dizer: lá vai o nosso dinheirinho para o IMI!
E com juros desses até os privados esfregam as mãos, um bom ano novo
os espera e por certo com direito a réveillon e champanhe Dom Pérignon.
Maravilha!
E porque somos gente de bem, esperamos as suas respostas
diretamente, senhor presidente
E porque somos gente de bem, e a aproximação à época natalícia obriga-
nos a ter mais condescendência, desejamos que elas satisfaçam esta Assembleia
e os barcelenses
Como hoje é a última Assembleia deste ano, lógico que tinha que desejar
a todos os deputados, aos senhores vereadores, ao senhor presidente da
Câmara, ao senhor presidente da Assembleia e a toda a gente que está cá
dentro um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo
E para o ano cá estaremos outra vez
Tenho dito
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. E todos nós
retribuímos os votos de Boas-Festas que nos endereçou de uma forma
amistosa
Tem a palavra o senhor deputado José Manuel Cardoso, do CDS. Faz
favor, senhor deputado
DEPUTADO DO CDS-PP – José Manuel Cardoso – Senhor Presidente da



Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereação,
Membros desta Assembleia
Aproveitamos este momento para fazer três questões ao executivo
Primeira – Este ano vamos ter a tradicional e bem bonita iluminação de
Natal na nossa cidade?
Segunda – Face a notícias que vieram na comunicação social
recentemente, gostaríamos de saber se também nos pode informar sobre o que
se passa com o prédio ao lado dos Bombeiros Voluntários de Barcelos, se pode
contar o que se passa já que foi dito que não se consegue notificar o
empreiteiro, porque a obra não está a decorrer dentro das devidas legalidades
Terceira – Uma chamada de atenção que nos fizeram chegar, relatos, que
em algumas passadeiras no centro da cidade, principalmente aquelas que têm
um pequeno picotado de cor barro vermelho, tornam-se muito escorregadias e
que já há relatos de pessoas que se magoaram com muita gravidade, inclusive
uma senhora que supostamente partiu uma perna numa queda nessas
passadeiras. Se o executivo poderá verificar isso e se poderá corrigir essas
anomalias
Aproveito para desejar a todos um Santo Natal e um ano dois mil e vinte
melhor que dois mil e dezanove
Obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado. Retribuindo
igualmente os votos, passo agora a palavra ao senhor deputado José Faria, do
BTF. Faz favor, senhor deputado
DEPUTADO DO BTF – José Faria – Senhor Presidente da Assembleia, restante
Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores
Vereadores, Senhores Deputados
Tenho aqui um misto de perplexidade porque esta pergunta está um



bocadinho desatualizada, se fosse sexta-feira estava atualizada, é sobre a linha de muito alta tensão. E queria pedir aqui ao senhor presidente da Câmara duas coisas, eu sei que algumas ele pode atender, outras certamente não, que é o seguinte:-----------Foi convocada hoje, via email, uma reunião para o dia cinco deste mês, às dezoito horas, o qual agradeço, senhor presidente, mas lamentavelmente já esperávamos esta reunião pelo menos desde o dia dezassete de outubro, dia em que houve a decisão do tribunal e que até hoje, se nós não procurássemos saber, nada sabíamos. Se não procurássemos informações até se calhar por portas meio travessas nada sabíamos sobre isso.----------Eu queria-lhe dizer que neste momento os senhores ou da REN ou da empresa que vai construir ou de alguém mandatado por eles está a abusar dos proprietários, a faltar ao respeito a determinados proprietários já idosos, entrando pelos terrenos dentro, marcando e dizendo-lhes que ou a bem ou a mal ela será feita, será colocada, e eles ou vendem os terrenos a bem ou a mal ou ficam sem eles.----------Eu queria alertar para que o senhor presidente nos dissesse, se possível, se há qualquer coisa que possa ser feito, que possa sossegar estes proprietários, muitos deles já idosos, e que foram maltratados dentro dos próprios terrenos deles por gente que acaba por não se saber a identificação, se são da REN, se são do empreiteiro ou a quem pertencem.----------Eu pergunto se vamos ter uma nova Ribeira da Pena na passagem da linha de muito alta tensão. Se os senhores que andam no terreno aprenderam com o senhor secretário de Estado a atuar com má educação e prepotência.-----------Muito obrigado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor deputado.----

-----Terminaram as inscrições, iria dar a palavra ao senhor presidente da



Câmara para responder. Faz favor, senhor presidente.-----PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente.---------Também de uma forma muito rápida, respondendo ao senhor deputado Manuel Ramião, vai haver naturalmente iluminação de Natal e ela não pertence à informação desta Assembleia porque infelizmente este ano arranjar pessoas que façam iluminações de Natal está muito difícil e até quem normalmente o fazia tem contratos na Madeira que absorve e não é fácil arranjar empresas para isso. Mas está a ser ultrapassado e esta semana já se começará a instalar a iluminação de Natal e vamos ter a nossa cidade bonita.----------Senhor deputado, a adjudicação dos valores da iluminação é aquilo que as pessoas concorrem, pedem, podemos dar, fazemos a iluminação, não podemos dar, não fazemos a iluminação. Portanto, esse seu gesto de esfregar o dinheiro isso não interessa. O que interessa é se há ou não há pessoas que a façam, nós é que decidimos se fazemos ou não fazemos em função dos preços. E o senhor quer a iluminação de Natal, temos que gastar dinheiro. Eu também quero, penso que todos os barcelenses o querem.----------Em relação à PPP, senhor deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa, a PPP não é da responsabilidade nem minha nem do executivo do Partido Socialista, é resultado de uma PPP feita antes de cá chegarmos que teve uma consequência que foi uma decisão do tribunal com uma condenação de oito vírgula seis milhões de euros. O senhor disse aqui que foi a minha teimosia de não querer fazer um acordo. Não foi uma questão de teimosia. É que neste processo não está só o presidente da Câmara, tem mais duas partes do outro lado, e quando os outros não querem eu não posso impor. Portanto, não se fechou mais cedo a possibilidade de pagar aquilo que era a indemnização, aguardando a decisão do tribunal de que juro é que ia ser aplicado, se era o cível ou o comercial, a nossa interpretação é que seria o cível o juro a aplicar porque não se trata de uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

obra, trata-se de uma indemnização, e é assim que ela está classificada no âmbito do Tribunal Arbitral. Na altura, e eu já expliquei aqui isso nesta Assembleia, pedimos esclarecimentos ao Tribunal Arbitral para saber o que é que era sobre a obra, o que era de compensações ou indemnizações, o tribunal pura e simplesmente recusou-se a prestar essa informação, e nós fomos discutir a taxa para tribunal. Chegou ao limite do Supremo não aceitar sequer o recurso que foi feito, tivemos várias instâncias do foro e de Tribunal Administrativo, o Supremo Tribunal não aceitou e nós fomos condenados a pagar a taxa comercial.-----------O que é que isto quer dizer?-----------Se eu não esgotasse todas as possibilidades jurídicas que a lei nos confere, os senhores estavam aqui a acusar-me sabe do quê? De que eu sou amigo do A, que recebi comissões do B, que não esgotei os recursos todos, que não esgotei as possibilidades todas. Portanto, eu fiz a obrigação do que entendi que era obrigação da Câmara, que foi ir a tribunal até às últimas consequências. E o tribunal não nos deu razão infelizmente, vamos pagar o juro e temos já o dinheiro para liquidar o juro.-----------Quanto ao senhor deputado José Manuel Cardoso, o senhor falou aqui no prédio dos Bombeiros, penso que se está a referir ao Campo da Granja, nós fizemos aquilo que a lei nos compete, foi notificar o dono da obra dentro daquilo que a lei nos impõe. Portanto, esgotámos os limites todos da lei, aliás, já notificámos as Águas para lhe tirar a água e a EDP para lhe tirar a luz, foi o papel que nós já fizemos em termos de procedimento, que é aquilo que a lei determina que a gente faça. Eu não posso ir lá prendê-lo, não posso ir lá buscálo, como alguém disse numa reunião de Câmara, ironicamente, que ele tinha ido à DPGU e que podia ser notificado lá. Isso não funciona assim, tem normas e nós cumprimos as normas que a lei nos determina.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

------As passadeiras de cor do barro não sei a que é que se quer referir, se é àquele material antiderrapante que existe na avenida das finanças, não sei se é a esse que se quer referir, não estou a ver o que é que aconteceu sinceramente, mas o senhor vereador já registou aquilo que o senhor deputado acabou de dizer e vamos saber o que é que se passou.----------Linha de muito alta tensão. Senhor deputado, é muito simples por que é que não respondemos antes. Porque nós temos pressupostos jurídicos que estamos a defender, que os advogados estão a defender, isso ser-lhe-á explicado na comissão que está marcada para quinta-feira, porque nós esgotámos outros recursos, outras possibilidades jurídicas no âmbito deste processo. Como sabe, temos que tentar explorar ao máximo e mesmo assim temos dificuldades, porque a providência cautelar foi, digamos, improcedente e o doutor Carlos Batalhão, que é quem está com isto, fez aquilo que juridicamente era possível e só agora é que estamos em condições de transmitir à comissão da linha de muito alta tensão o que se passou.----------Quanto à matéria que o senhor deputado levanta aqui da forma hostil como estão a entrar nos terrenos e já me chegou isso também aos ouvidos, eu recomendo, se tem proprietários que sabem ou foram vítimas desta situação, só há mesmo uma solução: chamar a GNR. Porque ninguém pode entrar numa propriedade privada sem direito e neste momento, que eu saiba, eles não têm esse direito. Às vezes as pessoas, como diz, são pessoas idosas, não conhecem os seus direitos, não sabem como devem agir, e a recomendação que eu tenho dado, quando sou confrontado com esse tipo de situação, é chamar a GNR para identificar quem violou uma propriedade que é um direito de cada um de nós.---------Muito obrigado.-----PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente.----------Terminamos a nossa agenda de trabalhos e, portanto, estamos a chegar



ao fim desta Assembleia
Antes de a terminar, e como é habitual, eu ia fazer a proposta no sentido
de, nos termos do artigo cinquenta e sete, número três, da Lei setenta e
cinco/dois mil e treze, a ata ser aprovada por minuta, a fim de podermos dar
execução às deliberações aqui tomadas que exigem urgência, pelo menos uma
grande parte delas
Portanto, eu iria pôr à consideração da Assembleia a aprovação da ata
por minuta
Quem vota contra esta proposta da mesa?
(Ninguém)
Quem se abstém?
(Ninguém)
Então esta proposta foi aprovada por unanimidade e a mesa, mais uma
vez, agradece a confiança
O senhor presidente da Câmara pediu a palavra, presumo para o fim que
se destina, e, portanto, vou-lhe conceder a palavra
PRESIDENTE DA CÂMARA – Muito obrigado, senhor presidente
Apenas, e como já foi bem evidenciado pelo senhor deputado Manuel
Ramião, é a última Assembleia antes do fim do ano e naturalmente desejo a
todos um Santo Natal em felicidade, em harmonia com a família, com os
amigos, independentemente das nossas discussões mais acesas aqui. A
democracia é mesmo isto, temos que olhar, olhos nos olhos, cada um com a sua
opinião, que são respeitáveis, a democracia tem no seu essencial a diferença de
ideias e no debate
Portanto, aquilo que eu desejo a todos por igual é um Santo Natal com a
família e que o ano dois mil e vinte seja, senão melhor, pelo menos igual a dois
mil e dezanove



ASSEMBLEIA MUNICIPALMuito obrigado
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA – Muito obrigado, senhor presidente
Claro, a mesa, também interpretando o sentimento de todos,
igualmente, deseja a todos umas Boas-Festas, um excelente ano que se
aproxima
Bom regresso a casa e uma boa noite, está encerrada a sessão
A sessão terminou às vinte e três horas e vinte e cinco minutos do dia
dois de dezembro de dois mil e dezanove
Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Celestino Linhares da Silva,
para o efeito designado, redigi e subscrevo e que vai ser assinada pelo
Presidente da Assembleia
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
(Horácio Barra)
O COORDENADOR TÉCNICO
(Celestino Linhares da Silva)



ÍNDICE

Ata nº 8 de 02 de dezembro de 2019

FOLHA	ASSUNTO
01	Apresentação da ordem de trabalhos
05	Período da ordem do dia
05	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao Contrato-Programa entre o Município de Barcelos e a Empresa Municipal de Educação e Cultura de Barcelos, E.M. (4º Ponto)
11	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de delegação no Presidente da Câmara, com faculdade de subdelegação, a competência para autorizar previamente a assunção de compromissos plurianuais decorrentes de contratos que não excedam o valor de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de 3 anos (5º Ponto)
17	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais com a aquisição de serviços de aluguer de viaturas de recolha de resíduos (6º Ponto)
40	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado municipal de uma parcela de terreno com a área de 377 m², sita na freguesia de Galegos Santa Maria (7º Ponto)
40	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de delimitação da Área de Reabilitação Urbana Barcelos Nascente 2 e respetivo regime de benefícios fiscais (8º Ponto)
41	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de revisão do traçado da rede secundária prevista a executar no PDM (9º Ponto)
42	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à concessão de benefícios e incentivos fiscais à requerente Advancer – Soluções de Gestão, S.A., no âmbito da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Barcelos (10º Ponto)
42	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à construção de uma Estação Elevatória, sita na Rua de São João, União das Freguesias de Sequeade e Bastuços (São João e Santo Estevão) (11º Ponto)
43	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à construção de uma Estação Elevatória, situada na Rua Dr. António Rodrigues, União das Freguesias de Carreira e Fonte Coberta (12º Ponto)
43	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal da operação urbanística destinada à instalação da atividade de "turismo de lazer/aventura e turismo de natureza", sita na Rua do Bairro, freguesia de Rio Covo Santa Eugénia (13º Ponto)



44	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal para a aplicação do percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para vigorar no ano de 2020 (14°
	Ponto)
44	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar a desafetação do domínio público municipal e a integração no domínio privado municipal de uma parcela de terreno com área de cerca de 262 m², sita na Avenida Dr. Sidónio Pais, União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frescaínha (São Martinho e São Pedro (15º Ponto)
45	Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal a solicitar o Reconhecimento de Interesse Público Municipal para a instalação de uma clínica veterinária, localizada na freguesia da Várzea (16º Ponto)
45	Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo (17º Ponto)
53	Aprovação da ata em minuta